

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Regiane Borges Santos, Dra. Renata Maria Coimbra Libório – Inter-áreas - Humanas – Pedagogia - Departamento de Educação – (Unidade do orientador) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP Campus de Presidente Prudente.

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em todo mundo e em diversas classes sociais. Podemos entender como formas de violência sexual, situações de abuso sexual intra e extra-familiar que não possuem caráter comercial, e a exploração sexual comercial propriamente dita que se define por constituir relações mercantis, tais como: prostituição infantil, pornografia, tráfico e turismo sexual.

Estudos realizados em diversos países apontam que cerca de 7 a 36% das mulheres e 3 a 29% dos homens já sofreram abuso sexual na infância. Constataram ainda, que as vítimas de abuso eram em sua maioria do sexo feminino, com grande incidência entre a faixa etária dos 5 a 9 anos e dos 10 a 14 anos e dentre estes 75 a 80% não são denunciados. Dentre os casos que são denunciados somente 10 a 11% são concluídos legalmente, o que quer dizer que 90% das vitimizações ficam impunes. Dados das pesquisas indicam que crianças e adolescentes desde a idade de 02 até 17 anos podem se tornar vítimas de violência sexual sendo uma quantidade significativa de crianças e adolescentes encontrando-se na faixa etária de 10 à 14 anos (56%), seguida pela faixa etária de 5 à 9 anos (20%), de 15 à 17 anos (14%) e entre 2 e 4 anos (10 %).

Diante desta problemática é que se encontra o cometimento da violência sexual contra a criança e o adolescente; esta situação é alarmante por causar consequências gravíssimas às vítimas tais como: consequências físicas (lesões físicas gerais, lesões genitais, gravidez geralmente problemáticas, DST / AIDS e disfunções sexuais), consequências psicológicas (na forma de sentimento de culpa, auto-desvalorização, depressão, medo da intimidade quando adultos, tendência à prostituição e o homossexualismo, negação de todo e qualquer relacionamento quando adultos, distúrbios sexuais, suicídio, problemas de personalidade e identidade, anorexia, obesidade, histeria, psicose, agressividade) que levam às consequências sociais.

A escola tem compromisso ético, moral e legal de notificar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, abuso sexual e exploração sexual, julgando ser um agente em potencial para a garantia de direitos, assegurar a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania. Em razão disto, surge-nos a preocupação de saber o que o(a)s professor(a)s pensam a respeito do fenômeno e sobre as formas de enfrentamento.

A pesquisa aqui apresentada faz parte de pesquisa maior coordenada pela orientadora do projeto, que visa obter informações sobre os conhecimentos de profissionais desde a educação infantil até o ensino médio sobre violência sexual. Esta apresentação apresentará uma parte da pesquisa maior, que foi desenvolvida com professores de duas Escolas de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Presidente Prudente, uma unidade em uma área de maior exclusão social e outra de menor exclusão social.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a diretora de uma escola de educação infantil e foram aplicados 7 questionários com professores e o diretor da outra unidade tendo como participantes 8 educadores com idades entre os 20 e 50 anos e com tempo de profissão entre 5 a 20 anos.

As questões seguiram um roteiro previamente organizado. O mesmo roteiro foi usado nas entrevistas e nos questionários. Aqui serão apresentados alguns resultados das seguintes categorias de análise: - Conhecimentos sobre violência sexual; - Posicionamento dos educadores frente a suspeita ou confirmação de violência sexual contra seus alunos; - Conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente; e – Abordagem da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes na formação do(a)s professor(a)s.

Com relação à definição de violência sexual, de um modo geral todos os profissionais participantes tiveram uma noção do que é violência sexual, mas o que nos chamou a atenção é que relacionaram esta violência como envolvendo uma agressão física (ao corpo) ou ação contra a criança, mas sempre com característica de contato físico; além disto não foi mencionado pelos educadores as

modalidades de exploração sexual comercial (prostituição, tráfico, pornografia e turismo sexual) como sendo exemplos de violência sexual. Lembrando que a violência sexual pode se dar de diversas formas, abrangendo tanto o contato físico como não (exemplo: voyerismo, exibicionismo, conversas relacionadas com atividades sexuais, telefonemas obscenos), bem como a comercialização do sexo com crianças ou adolescentes. A definição de violência sexual usada neste trabalho é: ato ou jogo sexual entre pessoas que possuem relações assimétricas de poder, podendo envolver crianças e adolescentes mais velhos que ela, ou entre crianças ou adolescentes com pessoas adultas, acima de 18 anos, havendo por finalidade a estimulação sexual por parte do adulto ou de outra pessoa, podendo envolver ou não aspectos comerciais. É neste âmbito que se encontram as distinções entre abuso e exploração sexual.

Observamos que a maioria dos educadores, quando questionados sobre a existência ou não de diferenças entre abuso e exploração sexual, tem consciência de que existe diferença entre ambos, porém outros acreditam que quando se trata de crianças tudo traz traumas e neste sentido ambos os fenômenos são similares. Observamos ainda que na escola com menores problemas de exclusão social, há uma visão mais clara das diferenças entre os termos de abuso e exploração sexual trazendo uma definição mais correta de acordo com a literatura do tema. Entretanto, percebemos que ambas as escolas relacionaram abuso sexual em sua maioria como o uso da criança ou adolescente como objeto de satisfação, gratificação e de prazer sexual para o agressor, seguido da pornografia, exibicionismo, ato sexual com ou sem penetração e uso comercial do corpo da criança também como formas de abuso. Já com relação à exploração sexual alguns a relacionaram com a utilização do corpo da criança para fins comerciais, exemplificada através da pornografia, do exibicionismo e ato sexual com ou sem penetração.

Definem como causas para a violência sexual a falta de informação, influência de meios de comunicação (ligada com a exploração sexual), pobreza, aspectos relacionados à família, aspectos psicológicos do agressor e alto consumo de álcool e drogas. Pudemos observar que embora o fator econômico (pobreza) tenha sido citado, os participantes não o pontuaram como fator predominante para a ocorrência da violência como observada na pesquisa anterior de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Em relação ao posicionamento dos educadores frente a suspeita ou confirmação de violência sexual contra seus alunos, notamos que os participantes têm consciência da necessidade de se proceder a denúncia seja ela para a Direção da Escola, à Delegacia da Mulher ou para o Conselho Tutelar, porém ocorre ligeiramente um equívoco por alguns dos participantes por pensarem que se deva realizar uma investigação prévia para só depois proceder a denúncia apontado assim a falta de esclarecimento nesta questão. Já em relação ao encaminhamento todos tem claro para qual órgão competente deva ser encaminhada a denúncia. Acreditam que nas situações de ocorrência seja de muita importância na postura do profissional o amparo, a proteção, o respeito ao caráter psicológico e afetivo da criança vitimizada. Alegaram também a importância de um trabalho de orientação e prevenção da violência com as famílias.

No que se refere ao conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, notamos a falta de informação e conhecimento da Lei entre alguns dos participantes de acordo com as respostas dadas, destacando a necessidade de se efetuar um programa de preparação e orientação a respeito, por ser uma parte fundamental na consistência da formação inicial e/ou continuada do profissional. Porém, nesta pesquisa em comparação à anterior observamos que os participantes demonstraram maiores conhecimentos sobre o ECA, além de concordarem com a determinação sobre a necessidade de encaminhamento dos casos de suspeita de violência contra crianças e adolescentes para o Conselho Tutelar.

Na abordagem da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes na formação do(a)s professor(a)s a pesquisa mostrou uma deficiência em sua formação inicial ou continuada, em razão da ausência da abordagem do tema que se manteve após a formação inicial, pois em cursos ou palestras nenhum dos participantes afirmou a presença desta discussão de forma aprofundada oferecida diretamente a eles, quando não a pouca existência de cursos e oficinas.

Para esta pesquisa como a anterior também, esclarecemos que as realizamos em diferentes contextos sociais pela seguinte suposição: ao trabalharem em diferentes contextos sócio-econômicos (região de maior ou menor exclusão social) e por estarem em diferentes faixas-etárias, os profissionais pudessem apresentar diferentes concepções sobre a violência sexual, sua compreensão, indicadores e

especialmente formas de encaminhamento. Esta suposição não se confirmou, considerando que as respostas de praticamente todos os profissionais da educação infantil, independente da idade e do contexto em que atuam, foram muito parecidas.

Podemos considerar, após as discussões decorrentes dos resultados apresentados, que foi possível conhecer o universo de informações trazido pela educadora entrevistada, bem como a partir das respostas aos questionários, dadas por 7 educadores, acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, no que se refere aos conceitos, posicionamento frente a suspeita e / ou confirmação de um caso, papel da escola e do professor e conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito a esta temática. Observamos certa diferença com relação à compreensão dos conceitos associados à violência sexual, ao compararmos as respostas dadas pelos professores de 1ª a 4ª série (pesquisa anterior), com as respostas dos profissionais da educação infantil, que expressaram conceitos de uma forma mais objetiva e mais próximo aos conceitos oferecidos por teóricos da área; pode ter ocorrido esta diferença por dois motivos: durante o segundo semestre de 2005, os diretores e coordenadores pedagógicos de todas as escolas de educação infantil da rede municipal, terem passado por uma capacitação sobre o tema da pesquisa, que foi oferecido pela equipe do Programa Sentinela ; além disto, o fato de a maioria dos participantes desta segunda parte da pesquisa terem respondido por escrito suas respostas, pode ter trazido diferenças na expressão de suas idéias. A forma escrita permite maior objetividade e sistematização, do que a linguagem falada, coletada nas entrevistas da 1ª parte da pesquisa.

Observamos que na pesquisa anterior os participantes atribuíram as causas para a ocorrência da violência a questão sócio-econômica (pobreza) que se diferenciou desta por terem sido mais destacados os aspectos psicológicos do agressor e a falta de informação da família.

Outro aspecto a ser considerado é a questão das atitudes dos profissionais frente a uma suspeita ou confirmação de abuso sexual. Notamos aqui, que os professores indicaram em maior frequência uma consciência em relação aos locais e formas de encaminhamento mais corretos do que os conhecimentos expressos pelos professores de 1ª à 4ª série.

Constatamos que, ao se tratar de direitos da criança e do adolescente, observamos que nesta pesquisa os profissionais demonstraram maiores conhecimentos sobre o ECA, posicionando-se de maneira correta a tomada de decisão. Já com relação à presença de debates sobre o ECA, parece existir ainda pouco oferecimento de cursos ou oficinas sobre os direitos das crianças, de acordo com as respostas dos participantes.

Um outro ponto que nos chama atenção em relação às duas partes da pesquisa refere-se à ausência da abordagem do tema da violência sexual nos cursos de formação inicial, seja em âmbito universitário ou em nível do magistério, que se mantém após a formação inicial. Sendo assim, novamente é de grande preocupação a ausência de temas tão urgentes de nossa realidade que não são trabalhados de forma aprofundada pelos profissionais da educação. Acreditamos ainda que haja necessidade de maiores aprofundamentos sobre o ECA e sobre a temática da violência sexual, uma vez que estudos revelam a necessidade de se pensar sobre os meios adequados para que educadores, que trabalham com crianças e adolescentes, adotem os procedimentos necessários nos casos de violência sexual de forma efetiva, para que um maior número de denúncias seja feito.

Entender e tratar a criança e o adolescente enquanto seres humanos em desenvolvimento e sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, pode ser um ideal a ser conquistado, especialmente se os formadores de professores e outras áreas que atuam com crianças e adolescentes prestarem atenção na sensibilização dos futuros educadores. Mais do que conhecer a lei e os problemas que afligem a população infanto-juvenil, torna-se necessário uma constante reflexão sobre os valores, sobre a concepção de infância, sobre a concepção de família, sobre o verdadeiro papel do educador e da educação.

Neste sentido, a formação do professor deve estar fundamentada nos princípios de educação para a cidadania e dos direitos humanos, para poder atender melhor às necessidades dos alunos e aos objetivos da educação democrática. Assim, as leis de proteção à Infância e Adolescência devem ganhar espaço e serem contempladas na formação do professor, inicial e continuada, por fornecer elementos indispensáveis ao preparo do professor para que este possa contribuir mais diretamente para

a vivência de cidadania por parte de seus alunos, por abranger a questão da dignidade, do respeito, da liberdade e dos valores fundamentais da pessoa humana.

Referências Bibliográficas

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre: AGE, 2002.

CAMARGO, L.S. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Professoras de Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente**. Relatório final PIBIC – CNPq, 2005.

CAMARGO, L. S.; SANTOS, A. A. P. **O ECA, os direitos da criança e do adolescente e o papel do professor**. Presidente Prudente, 2003. Texto digitado.

GUIA ESCOLAR: **Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163 p

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2003.

LIBÓRIO, R. M. C; MOURA, J. A. Projeto Parceria Pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Anais em Cd-Rom: I Fórum de Extensão Universitária da FCT-UNESP**. Ano 1, vol 1. Presidente Prudente – SP, 2003.

Bolsa: CNPq/PIBIC